

LIBERALISMO, NEOLIBERALISMO E A GENEALOGIA DOS REGIMES VERIDICIONAIS EM MICHEL FOUCAULT

[LIBERALISM, NEOLIBERALISM AND THE GENEALOGY OF VERIDITIONAL REGIMES IN MICHEL FOUCAULT]

Daniel Luis Cidade Gonçalves *
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo expor as principais ideias de Foucault apresentadas em seu curso ministrado em 1979 no Collège de France, intitulado *O nascimento da biopolítica*. Em seguida, duas análises antagônicas de dois renomados intelectuais serão analisadas, a saber, *A última lição de Foucault* de Geoffroy de Lagasnerie e *Y a-t-il un sujet biopolitique* de Frédéric Gros. A partir daí será necessário compreender uma série de conceitos, como a recusa foucaultiana dos universais, a genealogia dos regimes veridicionais, a lógica da estratégia e o diagnóstico da política, para que possamos entender como, a partir de uma única obra, é possível a elaboração de duas análises tão distintas, com conclusões tão incompatíveis. Por último, buscamos elucidar como uma compreensão da obra a partir de uma leitura mais ampla, é possível resolver os principais conflitos colocados pelos autores. Mostraremos, por sua vez, que a análise de Gros é mais consistente com o pensamento de Foucault.

PALAVRAS-CHAVE: liberalismo; neoliberalismo; biopolítica; veridicação

ABSTRACT: This paper aims to present the main ideas of Foucault presented in his course taught in 1979 at the Collège de France, entitled *The birth of biopolitics*. In second place, two antagonistic analyzes of two renowned intellectuals will be examined, namely, *The last lesson of Foucault* by Geoffroy de Lagasnerie and *Y at-il one sujet biopolitique* by Frédéric Gros. From here, it will be necessary to understand a number of concepts, such as Foucault's rejection of the universals, the genealogy of schemes of veridiction, the logic of strategy and the diagnosis of politics, so that we can understand how, from a single work, it is possible to elaborate two very different analyzes, with such incompatible conclusions. Finally, we seek to elucidate how an understanding of the work from a broader reading, makes it possible to solve the main conflicts brought by the authors. However, we will show that Gros's analysis is more consistent with Foucault's thinking.

KEYWORDS: liberalism; neoliberalism; biopolitics; veridiction

1. O LIBERALISMO DO SÉCULO XVIII

O curso ministrado por Michel Foucault no *Collège de France* em 1979 tem o intuito principal de nos fornecer uma análise acerca do fenômeno da biopolítica. Todavia, na tentativa de entender o tema em seu contexto de surgimento, Foucault começa por uma análise do liberalismo do século XVIII e segue analisando os neoliberalismos contemporâneos, em sua versão alemã e norte-americana. Por ter se estendido muito no assunto, o curso todo trata apenas dessa temática, deixando a

* Doutor em Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Professor colaborador na Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC. E-mail: daniel.cidade@gmail.com

biopolítica de lado¹.

Retrocedendo para antes do liberalismo, Foucault aborda o conceito de Razão de Estado surgido no século XVI, na qual o Estado é entendido como uma realidade descontinua que só existe para si mesmo. O governo não precisa assegurar a salvação e a felicidade dos governados. O poder não se dá pela relação entre o governante, o território e os súditos. A finalidade do governo é voltada para a manutenção e o desenvolvimento do próprio Estado. Nas palavras de Foucault:

Em síntese, a razão de Estado não é uma arte de governar seguindo as leis divinas, naturais ou humanas. Esse governo não precisa respeitar a ordem geral do mundo. Trata-se de um governo compatível com a potência do Estado. É um governo cuja finalidade consiste em aumentar tal potência em um quadro extensivo e competitivo. (FOUCAULT, 2006, p. 53/54).

Neste contexto, segundo a análise foucaultiana, o Estado se organiza da seguinte maneira: 1) Mercantilismo: enriquecer pela acumulação monetária, se fortalecer pelo crescimento da população e manter uma concorrência permanente com as potências estrangeiras. 2) Polícia: regulamentação indefinida do país sob o modelo de uma organização urbana densa. 3) Balança europeia: organização de um exército e uma diplomacia permanentes que tem como objetivo manter a pluralidade dos Estados fora de qualquer absorção imperial.

Houve muitas formas de buscar limites para a razão de Estado. Um exemplo extrínseco a ela é o do Direito (como a teoria do direito natural, a teoria do contrato social celebrado entre indivíduos para constituir um soberano, etc.). Em meados do século XVIII podemos constatar uma transformação que consiste em um princípio de limitação da arte de governar que não lhe seria extrínseco. O limite da razão de Estado passa a ser a economia política, capaz de assegurar a prosperidade da nação. A economia política não se desenvolveu fora da razão de Estado visto que seu objetivo é o enriquecimento do mesmo.

É no contexto de uma limitação interna ao poder do Estado que surge essa nova arte de governar intitulada de liberalismo. Nascido no século XVIII, o liberalismo tinha como objetivo não tanto assegurar o crescimento do Estado, mas limitar no interior do mesmo o exercício do poder de governar. Trata-se da arte de governar o menos possível. É a razão do Estado mínimo, a época do governo frugal.

Foucault encontra no liberalismo três características principais. A primeira característica diz respeito à verificação de mercado. Diferente da Idade Média, na qual o mercado era um local de justiça (o preço de venda estabelecido no mercado era considerado um preço justo, que deveria manter certa relação com o trabalho feito, com as necessidades dos comerciantes e consumidores), com o liberalismo o mercado passa a ser entendido como algo que obedece a mecanismos naturais. O mercado passa a ser um local de Verdade, capaz de permitir a formação de um preço “natural”. A segunda característica consiste na limitação pelo cálculo da utilidade governamental. Aqui não se trata apenas de compreender se o Estado é legítimo ou ilegítimo, mas qual a utilidade e quais são as vantagens de existir ou não um Estado. A terceira característica trata da posição da Europa como região de desenvolvimento econômico ilimitado em relação a um mercado mundial.

Segundo Foucault, o liberalismo é uma prática governamental consumidora de liberdade. Ele produz e organiza a liberdade, sem a intenção de produzir o necessário para tornar os indivíduos livres, mas dando-lhes a liberdade de serem livres. Não se trata tanto do imperativo da liberdade, mas da gestão e organização das condições graças às quais podemos ser livres. Para produzir a liberdade é necessário uma série de coerções, limitações, etc. Para termos liberdade de comércio é necessário medidas que evitarão os

efeitos de hegemonia e monopolísticos. A liberdade é algo que se fabrica a cada instante.

Na visão de Foucault, uma consequência do liberalismo é a extensão dos procedimentos de controle, pressão e coerção que constituem a contrapartida das liberdades. A fórmula do governo liberal é o panóptico de Bentham². O governo deve dar espaço à mecânica natural dos comportamentos e da produção, não exercendo nenhuma intervenção que não a da vigilância. Apenas quando algo não acontece de acordo com a mecânica geral, será necessário intervir. A ideia é ampliar as liberdades introduzindo mecanismos de controle e coerção.

2. O ORDOLIBERALISMO ALEMÃO

Foucault passa então para a análise daquilo que veio a ser intitulado neoliberalismo. A ancoragem alemã se refere à República de Weimar, à crise de 20, ao desenvolvimento do nazismo, à crítica o nazismo e a reconstrução do pós-guerra. A ancoragem americana, um neoliberalismo que se refere à política do New Deal, à crítica da política de Roosevelt, que se organiza contra o intervencionismo federal, contra os programas de assistência. Segundo o filósofo francês, essas duas formas de neoliberalismo possuem um grande número de pontos em comum, como a crítica a Keynes, ao intervencionismo de Estado, a economia dirigida, a planificação, etc.

O neoliberalismo alemão³ tem seu surgimento na escola de Friburgo, em torno de uma revista chamada *Ordo*, dando início ao termo “ordoliberalis”. Segundo Foucault A escola de Friburgo tinha três coisas a fazer: 1) Definir um objetivo, que consistiu em fundar a legitimidade de um Estado a partir de um espaço de liberdade dos parceiros econômicos. 2) Definir a série de adversários com os quais podiam se chocar para alcançar esse objetivo (o campo de adversidade, o sistema geral em choque). 3) Definir como distribuir ou redistribuir os recursos conceituais e técnicos que eles tinham a sua disposição. Para Foucault, o golpe dos ordoliberais alemães foi sua crítica ao nazismo, na qual ele não seria uma monstruosidade, mas apenas o crescimento sem fim de um poder estatal.

Das palavras do autor temos um belo resumo do que seria o ordoliberalismo:

Em vez de dizer, supondo uma economia de mercado relativamente livre, como o Estado deve limita-la para que seus efeitos sejam os menos nocivos possíveis? é preciso raciocinar de maneira totalmente diferente. É preciso dizer: nada prova que a economia de mercado tenha defeitos, nada prova que ela tenha uma defectibilidade intrínseca, já que tudo o que lhe atribuem como defeito e como efeito da sua defectibilidade é ao Estado que se deve atribuir. Pois bem, façamos o inverso e peçamos à economia de mercado, muito mais do que lhe foi pedido no século XVIII, porque, no século XVIII, o que é que se pedia à economia de mercado? Que ela dissesse ao Estado: a partir de certo limite, quando se tratar de certa questão, e a partir das fronteiras de certo domínio, você não intervirá mais. Isso não basta, dizem os ordoliberais. Visto que, de todo modo, o Estado é portador de defeitos intrínsecos e visto que nada prova que a economia de mercado tenha esses defeitos, peçamos à economia de mercado para ser em si mesma, não o princípio de limitação do Estado, mas o princípio interno de regulação do Estado, de ponta a ponta da sua existência e da sua ação. Em outras palavras, em vez de aceitar uma liberdade de mercado definida pelo Estado e mantida de certo modo sob vigilância estatal – o que era, de certo modo, a fórmula inicial do liberalismo: estabeleçamos uma espaço de liberdade econômica, circunscribamo-lo e deixemo-lo ser circunscrito por um Estado que o vigiará -, pois bem, dizem os ordoliberais, é preciso inverter inteiramente a fórmula e adotar a liberdade de mercado como princípio organizador e regulador do Estado, desde o início da sua existência até a última forma das suas intervenções. Em outras palavras, um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado.

(FOUCAULT, 2008, p. 158/159).

Para Foucault, o ordoliberalismo implicava a necessidade de uma política de sociedade e de um intervencionismo social ativo, múltiplo, vigilante e onipresente. Segundo o autor, há dois grandes eixos sobre os quais os ordoliberais insistiram. O primeiro é a “formalização da sociedade com base no modelo da empresa”. (FOUCAULT, 2008, P. 222). O segundo é a redefinição da instituição jurídica e das regras de direito necessárias numa sociedade regulada em função da economia concorrencial de mercado, ou seja, o problema do direito, do Estado de direito.

O Estado de direito é definido como um Estado em que os atos do poder público não podem adquirir valor se não forem enquadrados em leis que os limitam antecipadamente. Não é, portanto, a vontade do soberano que vai ser a origem do caráter coercitivo do poder público. O poder público só pode tornar-se coercitivo no espaço definido pela forma da lei. É a partir daí que os ordoliberais vão tentar definir a maneira de renovar o capitalismo. Trata-se de introduzir os princípios gerais do Estado de direito na legislação econômica. Não poderão haver intervenções legais do Estado na ordem econômica, a não ser que essas intervenções legais adquiram a forma de introdução de princípios formais. Mas o que significa dizer que as intervenções legais devem ser formais? Segundo Hayek, o Estado de direito (ou uma legislação econômica formal) é o contrário de uma planificação. Um plano econômico é uma coisa que possui uma finalidade, estabelecer fins precisos e persegui-los. Num plano, o poder público desempenha o papel de tomador de decisões. Para Hayek, se quisermos fazer o Estado de direito funcionar na ordem econômica, devemos fazer o contrário. O Estado de direito terá a possibilidade de formular certo número de medidas de caráter geral, mas que deverão permanecer formais, sem nunca propor um fim particular. Não cabe ao Estado dizer que a distância entre as rendas tem que diminuir, por exemplo.

3. O NEOLIBERALISMO NORTE-AMERICANO

Em direção aos neoliberais norte-americanos, Foucault vê neles uma radicalidade mais rigorosa em relação aos ordoliberais alemães. Nas palavras do autor:

No neoliberalismo americano, trata-se de fato e sempre de generalizar a forma econômica do mercado. Trata-se de generalizá-la em todo o corpo social, generalizá-la até mesmo em todo o sistema social que, de ordinário, não passa ou não é sancionado por trocas monetárias (FOUCAULT, 2008, p. 333/334).

Um bom exemplo disso consiste na análise feita acerca do capital humano, cujo intuito é explicar a relação mãe e filho, caracterizada pelo tempo que a mãe passa com o filho, pelos cuidados, afetos, vigilância, educação e uma série de outros fatores que ela destina a ele. Todos estes fatores, sob o ponto de vista neoliberal, consistem em um investimento mensurável que podemos chamar de capital humano. O investimento feito na criança resultará em uma renda quando esta se tornar adulta, ou seja, a análise se dá parcialmente em termos monetários. Contudo, a renda investida da mãe se dá em termos psíquicos, no sentido em que a sua parte da troca consiste na satisfação de cuidar de seu filho e poder ver que obteve êxito.

Neste contexto, podemos entender o neoliberalismo americano como uma maneira diferente de utilizar a economia de mercado e as análises características da economia de mercado para decifrar as relações não-mercantis, para decifrar fenômenos que não são estrita e propriamente econômicos, mas são o que chamamos de fenômenos sociais.

Segundo Foucault, o alvo do pensamento neoliberal americano, aquilo no qual

ele se apoiou (em oposição) para se desenvolver foi a política keynesiana, os pactos sociais de guerra e o crescimento da administração federal através dos programas econômicos e sociais. Contudo, há um certo número de diferenças maciças entre o neoliberalismo à europeia e o neoliberalismo à americana. O neoliberalismo americano não se apresentou como na França a título de princípio moderador em relação a uma razão de Estado preexistente. Nos EUA, "não é o Estado que se autolimita pelo liberalismo, é a exigência de um liberalismo que se torna fundador do Estado". (FOUCAULT, 2008, p. 300). O liberalismo americano não é como na França (ou como na Alemanha no imediato pós-guerra) simplesmente uma opção econômica e política formada e formulada pelos governantes. O liberalismo nos Estados Unidos é toda uma maneira de ser e de pensar. Enquanto na França o problema gira em torno do serviço público, nos EUA a questão se dá entre os indivíduos e o governo.

4. GEOFFROY DE LAGASNERIE E O ENTUSIASMO NEOLIBERAL

Aqui é importante expor e analisar com calma a visão de Geoffroy de Lagasnerie, tanto acerca do neoliberalismo quanto acerca da análise que Foucault faz do mesmo, tomando o devido cuidado para não confundir ambas. Para Lagasnerie, o neoliberalismo ocupa cada vez mais um lugar central no pensamento contemporâneo, devido ao seu enorme potencial de subversão da sociedade tradicional e suas instituições, tais como o Estado, a escola, a família e o direito. O autor se opõe as análises equivocadas que veriam o neoliberalismo como algo semelhante a um "reino do egoísmo" que colocaria o "eu" em detrimento do "nós". O medo de que o neoliberalismo pudesse provocar uma crise do "laço social" fez com que a esquerda ficasse desorientada, passando a falar a linguagem da ordem, do Estado e da regulação. Para o sociólogo, atualmente é necessário reinventar a esquerda, forjar uma nova teoria crítica que não funcione como uma máquina de denunciar o materialismo, o consumismo, o mercado, o individualismo e até mesmo a liberdade. Neste contexto, o curso de Foucault em questão teria o projeto de refletir sobre um problema semelhante. Como elaborar uma filosofia crítica e uma prática emancipadora na era neoliberal?

A análise de Foucault teria suscitado uma série de questões, entre elas a dúvida de se teria o autor virado um neoliberal, indo em direção à direita. Segundo Lagasnerie, Foucault não teria descambiado para a direita, mas estaria tentando transgredir uma fronteira profundamente enraizada no campo intelectual, no qual construiu-se um muro entre o espaço teórico legítimo de um lado, e o neoliberalismo, de outro. Ao romper com tal injunção, as acusações equivocadas de que o autor teria ido para a direita vieram à tona. Para o sociólogo francês, ver o procedimento de Foucault como preocupante consiste em ignorar a lógica da atitude crítica e adotar uma definição dogmática daquilo que deve constituir a esquerda. Nas palavras do autor:

Ora, se fosse preciso dar uma definição de esquerda, não seria antes aquela que repousa na vontade de sempre repensar a si mesmo? Se fosse preciso caracterizar o gesto crítico, não teríamos de invocar a intenção de sempre reinterrogar o significado de "crítica"? (LAGASNERIE, 2013, p. 27).

A definição de esquerda fornecida por Lagasnerie está em perfeita consonância com a definição de filosofia dada por Foucault, na qual a mesma impõe uma condição crítica sobre si mesma:

Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez

de legitimizar o que já se sabe? Existe sempre algo de irrisório no discurso filosófico quando ele quer, do exterior, fazer a lei para os outros, dizer-lhes onde está a sua verdade e de que maneira encontra-la, ou quando pretende demonstra-se por positividade ingênua: mas é seu direito explorar o que pode ser mudado no seu próprio pensamento, através do exercício de um saber que lhe é estranho. (FOUCAULT, 1988, p. 13).

Dessa forma, trata-se de libertar o pensamento das fórmulas mágicas e dos slogans usados para desqualificar o neoliberalismo e não uma adesão ao mesmo. Foucault seria incapaz de aceitar o neoliberalismo como dogma cujas recomendações deveriam ser um programa a ser respeitado. Trata-se antes, segundo Lagasnerie, de reconhecer que o neoliberalismo não é uma ideologia conservadora ou reacionária que se coloca ao lado do status quo para representar a ideologia da classe dominante. A tentativa de Hayek de se distinguir do conservadorismo é um exemplo disso⁴. Contudo, o próprio Hayek admite que em uma época onde os todos os movimentos ditos progressistas recomendavam coerções suplementares à liberdade individual, os que prezavam pela liberdade concentravam sua energia na oposição, associando-se com conservadores em diversos momentos. Esta associação de muitos liberais com o conservadorismo traiu o próprio movimento liberal. O neoliberalismo seria uma maneira de colocar de volta o anseio por liberdade ao lado da esquerda, ao lado do progressismo, em oposição ao reacionarismo e ao conservadorismo.

Como já visto em Foucault, o projeto neoliberal busca uma “mercadização” da sociedade. O liberalismo clássico é incompatível com o neoliberalismo, uma vez que o primeiro buscava o *laissez-faire*, uma restrição do papel do Estado, reservando um espaço livre para o mercado, enquanto o segundo possui um projeto mais radical no qual o mercado deve ser disseminado globalmente. Teríamos que inserir o máximo de realidades possível na lógica do mercado. Resumidamente, o neoliberalismo tem a intenção de subordinar a racionalidade política à racionalidade econômica. Nas palavras de Lagasnerie:

Essa ambição de erigir em lei a lei do mercado e submeter-lhe o conjunto dos aspectos da vida em sociedade explica por que o neoliberalismo não se reconhece na doutrina clássica do “*laissez-faire*”. Pois, para concretizar-se, a utopia neoliberal supõe a instauração de um verdadeiro intervencionismo político e jurídico, que a propósito, insiste Foucault, não é “menos denso, menos frequente, menos ativo, menos contínuo que em outro sistema”. (LAGASNERIE, 2013, p. 47).

A tarefa dos neoliberais seria então a de desconstruir o conjunto das visões totalizantes do mundo. Segundo Lagasnerie, foi à empreitada de desqualificação dos quadros de análise unificadores que seduziu Michel Foucault. Todavia, é importante frisar que a exaltação de Foucault acerca da economia como uma disciplina atea, sem Deus, sem totalidade, não implica em uma adesão ao paradigma neoliberal. O que interessa ao autor é a ideia radical segundo a qual há sempre uma vontade de controle na base dos discursos totalizantes. O tema representou um dos eixos primordiais de sua crítica ao marxismo, na qual o mesmo seria insuficientemente crítico. À primeira vista, o marxismo se apresenta como uma teoria que põe em xeque os fundamentos da ordem econômica e social, fornecendo instrumentos para desestabilizá-la e até mesmo superá-la. Contudo, o problema essencial do marxismo é não ter interrogado a forma-totalização; ele assumiu igualmente a ambição de construir uma visão unificadora da realidade, reduzindo-a a certo número de princípios elementares e pré-determinados. A ideia essencial de Foucault é que frequentemente os discursos totalizantes produzem efeitos de sujeição e hierarquização.

Nesse sentido, a genealogia foucaultiana busca se posicionar sempre em oposição aos discursos totalizantes, definindo-se com o objetivo de “desassujeitar os saberes

históricos e torná-los livres (LAGASNERIE, 2013, p. 99). Trata-se, segundo Lagasnerie, de buscar um pensamento crítico capaz de fazer jus as diversas lutas que irrompem no espaço social, adotar uma atitude de abertura para o inédito e renunciar as leituras que paralisam a percepção. “Uma teoria crítica deve desvencilhar-se da tentação da totalização (LAGASNERIE, 2013, p. 99). Isso resulta na fabricação de uma nova imagem do intelectual. Se as lutas desenrolam-se de maneira local e regional, de modo que temos que escapar dos quadros totalizantes, então o intelectual deve se constituir como “intelectual específico”, renunciando a figura do intelectual universal (proposta por Sartre), na qual o intelectual seria o representante universal, a consciência de todos. Nas palavras de Foucault:

O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. (1979, p. 71).

Dessa forma, segundo Lagasnerie, o ceticismo de Foucault representa um ponto de partida de si sobre si, cuja função é desvencilhar-se dos hábitos encontrados na política tradicional, efetivamente despolitizantes, que dificultam a apreensão das lutas em suas singularidades. Trata-se de um ponto de partida para uma reinvenção de uma política emancipadora.

De acordo com Lagasnerie, Foucault não ignora que a emergência e a instauração de uma governamentalidade neoliberal produziram mecanismos de poder, de controle, de hierarquização, cuja análise faz-se necessária. Todavia, seu projeto é mais complexo. Ele se propõe a modificar nossa percepção espontânea do discurso neoliberal. Uma das ideias centrais de *O Nascimento da biopolítica* é a de que há algo de libertador, de emancipador e de crítico que se instaura através do neoliberalismo.

Uma “fobia de Estado” caracteriza e reúne os intelectuais neoliberais. O neoliberalismo é perpassado pela ideia segundo a qual “governa-se excessivamente”. Para Lagasnerie, não parece falso dizer que Foucault percebeu o neoliberalismo como uma das encarnações contemporâneas da tradição crítica. Em “O que é a crítica”, “Foucault associa efetivamente a crítica a uma atitude, um gesto que consiste em posicionar-se do lado dos governados e rebelar-se contra as formas de governo”. (LAGASNERIE, 2013, p. 116). A crítica foucaultiana não pode prender-se a dogmas e condições, ela se dá em nome daqueles que estão insatisfeitos com as condições às quais se encontram, dominados pelo sistema político, pela forma como são produzidas as subjetividades, os discursos e as relações de poder. Nas palavras de Foucault:

[...] no que nos é apresentado como universal, necessário, obrigatório, qual é a parte do que é singular, contingente e fruto das imposições arbitrárias. Trata-se, em suma, de transformar a crítica exercida sob a forma de limitação necessária em uma crítica prática sob a forma de ultrapassagem possível. (2000, p. 347)

Lagasnerie utiliza Foucault para elucidar ainda mais o conceito de crítica:

Atesta uma intenção de não ser governado “desse jeito, por isso, em nome de tais princípios, com vista a tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não desse jeito, não por isso, não por eles”. Foucault define a crítica como “a arte de não ser demasiado governado”. Este é igualmente um dos aspectos da arte neoliberal. (2013, p. 117).

Segundo Lagasnerie, quando se fala de Foucault costuma-se insistir na renovação que ele imprimiu à concepção de poder, na qual este funciona de maneira difusa e age sobre as sociedades contemporâneas descritas em termos de sociedades disciplinares,

com dispositivos normalizados que investem os corpos e modelam as subjetividades. É frequente o ocultamento de algum importante em sua obra: “a verdadeira guerra que ele trava contra a filosofia política e a filosofia do direito”. (LAGASNERIE, 2013, p. 119).

Foucault visava desconstruir o que ele chamava de “concepção jurídica da soberania”, que consiste em uma maneira de pensar o poder (que obcecou o Ocidente) em torno de certo número de conceitos identificáveis: Contrato, Lei, Direito, Vontade Geral etc. Segundo Foucault, o problema primordial da filosofia política é o problema do soberano. Determinar como é possível constituir uma unidade política definida pela existência de um soberano (individual ou não). Trata-se de encontrar meios que legitimem a prática governamental. Foucault pretende demonstrar que a concepção de tal legitimidade supõe a fabricação de certa imagem do sujeito como sujeito obediente: o cidadão. A filosofia política situa-se do lado da manutenção da ordem, do Estado. Não é um discurso de liberdade e autonomia, mas de obediência.

De acordo com Lagasnerie, é necessário desconstruir tais conceitos para fornecer aos governados instrumentos de emancipação. É necessário buscar fora do âmbito da filosofia do direito e dos mitos da política, uma nova prática teórica da resistência, da luta e da insubmissão. Conforme Lagasnerie:

Como sair do discurso do Estado? Como combater o Estado sem recorrer às armas, aos vocabulários, aos conceitos que nos inscrevem, de fato, em um dispositivo de Estado e que, portanto, nos constituem eo ipso como sujeitos obedientes, como sujeitos submetidos a um soberano? Foram essas as perguntas que Michel Foucault procurou responder a partir de meados dos anos 1970. (2013, p. 137).

Foucault visa se posicionar não ao lado dos governantes, mas dos governados. O interesse do autor pelo liberalismo e o neoliberalismo só pode ser compreendido nesse contexto. Os conceitos de “mercado”, “racionalidade econômica”, homo oeconomicus etc. foram percebidos como instrumentos críticos que permitiriam desqualificar o modelo do Direito, da Lei, do Contrato, da Vontade Geral etc. Trata-se de falar outra linguagem que não a do Estado. Trata-se aqui de um “tribunal econômico permanente”, capaz de contestar a dominação do governo, julgando cada uma de suas atividades em nome da lei do mercado. Para o sociólogo, Foucault não ignora os perigos que tal prática pode representar. Todavia, seu interesse primordial é o gesto de insubmissão proferido pelos neoliberais. O cálculo econômico derruba o político de seu pedestal.

5. FRÉDÉRIC GROS E O LIBERALISMO CRÍTICO DE FOUCAULT

Frédéric Gros também nos apresenta uma análise do curso *O nascimento da biopolítica* sob um viés completamente diferente de Lagasnerie, em seu artigo intitulado *Y a-t-il un sujet biopolitique?*

Segundo Gros, Foucault distingue duas formas de biopoder: a disciplina dos corpos (poder disciplinar) e a regulação das populações (biopolítica). Estas duas formas não apenas podem ser complementares, como também possuem em comum o fato de estarem em oposição ao poder de soberania.

Resumidamente o poder de soberania é aquele que se caracteriza pelas vias monárquicas (mas também encontrado no poder patriarcal). É o poder da autoridade indiscutível. Suas modalidades principais são a violência e a lei (mas a penas a lei entendida não como vontade geral, mas enquanto ideia de um interdito imposto). Foucault caracteriza o poder de soberania como aquele que “faz morrer e deixa viver”. Já o poder disciplinar tem a função principal de extrair utilidade dos indivíduos e através desta, afirmar sua dimensão biopolítica. A função do poder disciplinar é obter um

comportamento específico de alguém. Trata-se de conseguir de um soldado, um operário, um estudante, dentre outros, um bom comportamento, uma boa atitude. Tem a função de disciplinar os corpos e torná-los dóceis. Por último, temos a biopolítica, a segunda forma de poder, cujo objeto não é mais o indivíduo, mas a população. A biopolítica se situa no quadro de políticas públicas que visam um efeito geral específico. A preocupação principal é a gestão de toda uma população em termos biológicos, reforçando com isso o poder do Estado. Diferente do poder soberano, na biopolítica trata-se de “fazer viver e deixar morrer”.

Tendo isso em conta, Gros define o capitalismo como o “processo de criação massiva, sistemática e racional de riquezas” (GROS, 2013, p. 37, tradução nossa). Contudo, ao tentar esclarecer a determinação do liberalismo, é necessário redefinir o capitalismo como “o processo de criação massiva, sistemática e racional de riquezas, de forma que ele deveria beneficiar idealmente a todos (mesmo se, na prática, ele tenda a beneficiar especialmente alguns)” (GROS, 2013, p. 37, tradução nossa). Em uma primeira aproximação, o liberalismo, entendido como doutrina econômica, parte de uma ideia de criação de riquezas que não suporta ser comandada por uma autoridade política sobre a forma de restrições legislativas ou planificações sistemáticas. A criação de riquezas deve se dar sobre a forma concorrencial, com o intuito de criar uma prosperidade geral. O bem público deixa de ser o resultado deliberado de uma vontade política e passa a ser o produto derivado dos uma união de diversos cálculos egoístas e privados. Na palavras de Gros: “Se o capitalismo, de fato, é um processo histórico simultâneo de criação e confiscação de riquezas, o liberalismo é a demonstração segundo a qual as desigualdades estruturais da riqueza deveriam ser a condição de um enriquecimento geral”. (GROS, 2013, p. 38, tradução nossa). O liberalismo é a ideia de que não se deve governar demais, mas é também a ideia de que para criar as condições de um enriquecimento coletivo é necessário que cada um persiga egoisticamente e livremente seu interesse próprio, de modo que entre todas as empresas reine uma concorrência saudável.

Dessa forma, segundo Gros, Foucault tenta determinar as condições éticas do capitalismo, mas sem interrogar a moral do patrão e das indústrias, e sim pelo viés de resignação do operário explorado que vende sua força de trabalho ao patrão para que ela se transforme em força de produção. Neste contexto, a disciplina pode ser compreendida como uma transformação das forças vitais anárquicas e imprevisíveis em uma força de trabalho monótona e cinza. A disciplina enquanto biopoder é o processo no qual as pulsões vitais dos indivíduos são orientadas na direção de uma força de trabalho que alimenta as usinas e máquinas. Nas palavras de Gros:

Uma nova definição de biopolítica poderia ser estabelecida a partir desta análise: a biopolítica é um conjunto de solicitações pelas quais o indivíduo, ao nível de suas pulsões vitais, é submetido a direções determinadas, a fim de intensificar a produção de riquezas e o poder das classes dominantes. (GROS, 2013, p. 38, tradução nossa).

Ao estudar o liberalismo clássico, Foucault efetua uma análise da famosa mão invisível de Adam Smith, na qual a metáfora da mão invoca uma lógica providencial e a invisibilidade desta mão é radicalizada. Se a mão é invisível é porque o sujeito é cego. O sujeito econômico (o *homo oeconomicus*) é um sujeito cego, incapaz de produzir uma lógica coletiva de mecanismos solidários que possam servir ao bem público e ao interesse comum com a mesma eficácia do cálculo egoísta da mão invisível. Neste contexto, Foucault insiste na divisão entre um sujeito econômico irreduzível ao sujeito de direitos. O sujeito que busca seu interesse cegamente é incompatível com o sujeito que defende e faz valer seus direitos, é impossível esperar uma síntese harmoniosa de

ambos. Para Gros, no curso de 1979, Foucault pretende estabelecer a heterogeneidade entre, por um lado, o sujeito de direito que possui uma existência política fundada no contrato social e que, através do estado busca o bem público e a garantia de seus direitos fundamentais e, por outro lado, o sujeito de econômico, pertencente à sociedade civil e que calcula egoisticamente a utilidade de suas ações.

Segundo Gros, é possível tentar dar uma tradução biopolítica a esta dissociação. O indivíduo vivo é atravessado por uma variedade de desejos, tanto desejos egoístas quanto desejos paixões sociais como simpatia, ou até mesmo paixões políticas como justiça. Para Gros, a operação biopolítica consiste em despolitizar o sujeito e não se dirigir a ele de outra forma, exceto acerca da exigência de uma satisfação pessoal. Trata-se de estimular prioritariamente seu apetite egoísta, transforma-lo em sujeito de consumo capaz apenas de calcular a utilidade de seus atos em direção a uma satisfação de seus desejos privados, tornando-se cego a todas as outras solicitações. Nas palavras de Gros: “A biopolítica é a maneira pela qual o sujeito torna-se cego e surdo a qualquer escolha que não seja redutível a um desejo de consumo e uma satisfação pessoal”. (2013, p. 39, tradução nossa).

Sob este contexto de leitura, o neoliberalismo americano prolonga e radicaliza uma parte do neoliberalismo alemão que consiste em fazer da empresa um paradigma capaz de reconfigurar a vida dos indivíduos. Trata-se essencialmente de construir um “cuidado de si” (rapport à soi) sobre o modelo capitalista da empresa. Considera-se a si mesmo como portador de um certo capital ao mesmo tempo inato (patrimônio genético) e adquirido (fruto da educação) e nossa vida passa a ser vista sob a ótica de valorizar e maximizar o capital de partida. Isto significa, segundo Gros, que cada um deveria construir um cuidado de si sobre o modelo da gestão eficaz dos investimentos rentáveis. “O problema ético não é mais o de controlar suas paixões e revelar uma identidade autêntica, mas de tornar-se o melhor gestor possível de seus talentos naturais e adquiridos”. (GROS, 2013, p. 40, tradução nossa).

Desta forma, Frédéric Gros analisa a biopolítica - fruto dos liberalismos e neoliberalismos - com um diagnóstico negativo no qual ela seria uma estratégia com a intenção de transformar certas tendências vitais ou traços biológicos fundamentais dos indivíduos em vista de lhes fazer servir ao fortalecimento das forças econômico-políticas.

Segundo Gros, Foucault não faz a análise em questão de tais processos de dominação tendo em vista os direitos dos homens, e sim os “direitos dos governados”. Foucault jamais condena a biopolítica tendo em vista o direito sagrado dos indivíduos, até mesmo porque o autor recusa a ideia de direitos humanos fundamentais que seriam fundados por uma razão metafísica, seja ela enraizada por uma natureza eterna, seja ela garantida por uma transcendência divina. Para Foucault, o poder é uma relação, uma estratégia, uma batalha. Não existe um lado malvado e um lado de indivíduos frágeis, explica Gros. Existem processos de captação e processos de resistência. Foucault parte de um direito dos governados para fazer valer o direito de recusar as diversas governamentalidades que se impõem em diversos contextos específicos. “É através do direito dos governados que Foucault tenta pensar uma resistência biopolítica”. (GROS, 2013, p. 41, tradução nossa). Denunciar o intolerável, na visão de Foucault, não significa remeter-se a uma Justiça transcendente ou pressupor Princípios eternos que seriam exteriores ao poder. É no interior de uma relação de poder que podemos fazer valer nossos direitos de governados, denunciar abusos e resistir a situações políticas pelo simples fato de que é a nós que elas se aplicam. Gros alerta, os direitos dos governados não se inscrevem em alguma normatividade superior, eles são a manifestação de uma energia vital em oposição às operações reducionistas, eles “fazem valer a vontade de

existir de outra maneira” (GROS, 2013, p. 42, tradução nossa).

Com isso, Gros alega que a motivação de um direito dos governados tornou-se possível historicamente através do liberalismo. É necessário, contudo, esclarecer alguns equívocos. Não se trata aqui do liberalismo enquanto doutrina dos direitos sagrados dos indivíduos ou enquanto manifestação ideológica do capitalismo (a saber, liberalismo político e liberalismo econômico respectivamente). Trata de uma forma de pensar que, no ocidente, colocou a questão do excesso de governo. Nós somos governados demasiadamente em que sentido? Segundo Gros, não se trata de um liberalismo político ou econômico, mas um liberalismo crítico. Nas palavras de Gros: “Se o liberalismo econômico justifica uma biopolítica de exploração de poderes vitais em benefício de forças político-econômicas minoritárias, o liberalismo crítico alimenta as resistências biopolíticas”. (2013, p. 42, tradução nossa).

6. COMPREENDENDO A ANÁLISE DE FOUCAULT

Para entendermos melhor tanto a análise de Foucault situada em *O nascimento da biopolítica*, quanto a análise de Lagasnerie sobre o curso em *A última lição de Foucault* e a análise de Gros em *Y a-t-il un sujet biopolitique?* se faz necessário explorar melhor em que sentido o autor compreende seu papel enquanto intelectual, sua metodologia e seus objetivos.

Já no início do curso Foucault alega que pretende inverter o método tradicional dos universais. Ao invés de partir dos universais para deduzir deles fenômenos concretos, partir de práticas concretas e passar os universais pela grade destas práticas. Diferente do historicismo, que segundo Foucault parte do universal e passa-o pelo crivo da história, a metodologia foucaultiana supõe que os universais não existem. Trata-se de tentar entender a história a partir da análise das práticas. Vamos supor, por exemplo, que a loucura não existe. Qual a história que podemos fazer dessas práticas que se pautam por esse suposto algo que é a loucura? Seria algo como o inverso do historicismo.

Foucault alega tentar fazer uma história da verdade, ou melhor, uma genealogia dos regimes veridicionais. A genealogia foucaultiana enquanto método tem o objetivo de analisar as relações de poder e os discursos que legitimam as mesmas. Trata-se de entender que as nossas relações de poder são legitimadas por discursos que se dizem portadores de um saber, e as nossas relações de saber encontram-se sustentadas por mecanismos de poder. Nas palavras do autor:

Ora a crítica do saber que eu lhes proporei não consiste justamente, em denunciar o que haveria de – eu ia dizendo monotonamente, mas isso não se diz –, então o que haveria de continuamente opressivo sob a razão, porque, afinal de contas, acreditem, a desrazão é igualmente opressiva. Essa crítica política do saber não constituiria tampouco em pôr a nu a presunção de poder que haveria em toda verdade afinada, porque, acreditem também a mentira ou o erro também constituem abusos de poder. A crítica que lhes proponho consiste em determinar em que condições e com quais efeitos se exerce uma veridicção, isto é, mais uma vez, um tipo de formulação do âmbito de certas regras de verificação e de falsificação. (FOUCAULT, 2008, p. 49/50).

Neste contexto, quando escreve sobre a loucura, a sexualidade, a delinquência, dentre diversos outros temas abordados, Foucault tem como objetivo principal identificar as consequências necessárias para construirmos relações de poder e discursos que podem ser verdadeiros ou falsos de acordo com uma série de regras próprias, igualmente inseridas em um contexto. O que tem importância política atual, segundo o filósofo de Poitiers, é determinar que regime de veridicção foi instaurado em um

determinado momento. Não se trata de uma história do verdadeiro ou do falso, mas uma história da veridicção.

Também é importante ressaltar que para Foucault, a heterogeneidade não é um princípio de exclusão. O autor busca desvencilhar-se de uma lógica dialética e propor uma lógica da estratégia. Para Foucault, a lógica dialética “é uma lógica que põe em jogo termos contraditórios no elemento do homogêneo”. (2008, p. 58). A lógica da estratégia não promete uma resolução em uma unidade. Ela tem o intuito de estabelecer as conexões possíveis entre termos díspares. “A lógica da estratégia é a lógica da conexão do heterogêneo, não é a lógica da homogeneização do contraditório”. (FOUCAULT, 2008, p. 58).

No final do curso Foucault faz seu diagnóstico político contemporâneo. O liberalismo, ou melhor, a racionalidade liberal visa a regular o governo tendo como objetivo fundar o princípio de racionalização da arte de governar no comportamento racional dos governados. De modo geral, uma ramificação do governo regulado pela verdade. De fato, segundo o autor, o governo regulado pela verdade é algo muito presente na política. O marxismo, por exemplo, surge como a busca de um tipo de governamentalidade, indexado a uma racionalidade que não se apresentará como a racionalidade dos interesses individuais (como o liberalismo), mas como a realidade de uma história que se manifesta gradativamente como verdade.

Neste contexto, o mundo moderno, para Foucault, consiste em uma série de racionalidades governamentais que se contestam reciprocamente. Nas palavras do autor:

Arte de governar pautada pela verdade, arte de governar pautada pela racionalidade do Estado soberano, arte de governar pautada pela racionalidade dos agentes econômicos, de maneira mais geral, arte de governar pautada pela racionalidade dos próprios governados. São todas essas diferentes artes de governar, essas diferentes maneiras de calcular, de racionalizar, de regular a arte de governar que, acavalandose reciprocamente, vão ser, grosso modo, objeto do debate político desde o século XIX. O que é a política, finalmente, senão ao mesmo tempo o jogo dessas diferentes artes de governar com seus diferentes indexadores e o debate que essas diferentes artes de governar suscitam? É aí, parece-me, que nasce a política”. (2008, p. 423/424).

Negação dos universais, genealogia dos regimes veridicionais, lógica da estratégia e o diagnóstico da política como uma miríade de racionalidades governamentais que se contestam reciprocamente. Temos aqui os elementos para analisar de maneira crítica qual seria a intenção de Foucault ao ministrar o curso em questão, assim como os pontos fortes e fracos da análise do sociólogo Geoffroy de Lagasnerie e do filósofo Frédéric Gros.

Negar os universais significa inverter o ônus da prova e se recusar a trabalhar com conceitos cristalizados. Bem, Mal, Justiça, Loucura e muitos outros conceitos são formulados a partir de práticas concretas e dinâmicas que podem ser perpetuamente revisadas e modificadas. Foucault busca afastar-se de toda uma tradição platônica que considera os universais como previamente existentes (em um suposto mundo das ideias, ou em uma abordagem mais moderna, inseridos na natureza humana), capazes de constituir uma essência pertencente ao homem e determinar suas ações. Neste sentido, podemos compreender a recusa inicial de trabalhar a partir da tradição dos universais como uma proclamação do autor de que ele não possui compromisso com nenhum dogma, nenhum naturalismo, nenhuma fórmula mágica capaz de nos ajudar a resolver nossos problemas de uma vez por todas. Se enquanto sujeito Foucault possuía preferências políticas (era deliberadamente de esquerda, embora não marxista), enquanto filósofo nosso autor não pode ser inserido em nenhum rótulo político pré-definido, como socialista ou liberal.

A ausência de um programa filosófico definido capaz de detectar um problema e propor uma solução leva o autor a definir seu trabalho como a busca por uma genealogia dos regimes veridicionais. Isso porque, se os universais não existem, a Verdade com V maiúsculo também não. Tudo o que temos são contextos específicos nos quais se formam regimes de verificação passíveis de produzir condições e regras capazes de tornar algo verdadeiro ou falso. Foucault se interessa mais em analisar os discursos de saber e as relações de poder dentro de um contexto histórico, capaz de dar sentido aos acontecimentos e torná-los verdadeiros ou falsos para aqueles que ali se inserem. Isso não quer dizer que suas análises sejam ideologicamente neutras, mas que ao invés de procurar pela verdade ou falsidade de algo, Foucault busca compreender como algo veio a ser considerado verdade e conseqüentemente desejado enquanto tal.

Se para Foucault a política é, como já visto, o jogo entre as diferentes artes de governar, então o seu curso de 1979 é nada mais do que uma genealogia do regime veridicional que a partir do século XVIII criou as condições necessárias para o surgimento de uma arte de governar fundamentada na racionalidade dos agentes econômicos que se coloca em posição de afronta a uma arte de governar pautada pela racionalidade da soberania estatal.

Temos aqui uma lógica das estratégias em detrimento de uma lógica dialética. Com isso, Foucault está se desvencilhando e criticando toda uma tradição baseada no platonismo político, que consiste em identificar qual seria a forma de governo ideal e desenvolver argumentos em prol da mesma. Mais ainda, trata-se de uma crítica a toda uma tradição filosófica dualista na qual o certo e o errado realmente existem e o papel do filósofo é saber distingui-los. A lógica da estratégia é heterogênea, compreende que diversos discursos de saber e relações de poder concorrem por um espaço na esfera política. Podemos interagir politicamente de inúmeras maneiras possíveis. Sua função não é legitimar um ou outro sistema político (ou ético, econômico, etc.). Trata-se apenas de reconhecer que a tradição política atual calou muitas vozes com seus regimes de verificação. Vozes estas que a genealogia dos regimes veridicionais pode trazer a tona, não em nome da verdade, mas em nome desses indivíduos demasiadamente governados que buscam um pouco mais de igualdade, liberdade, reconhecimento, dentre várias reivindicações possíveis.

Sendo a política nada mais do que estas inúmeras racionalidades governamentais que se contestam, faz sentido o enorme interesse de Foucault pelo liberalismo, pelo ordoliberalismo alemão, pelo neoliberalismo norte-americano e pela biopolítica. A racionalidade biopolítica (na qual o liberalismo e o neoliberalismo estão inseridos) é a forma como contemporaneamente tornou-se possível fazer uma contraposição ao poder de soberania e à razão de Estado. Isso não quer dizer que o curso de Foucault tenha sido uma defesa da biopolítica. Foucault nos mostra como tanto o liberalismo quanto o neoliberalismo instauraram mecanismos de vigilância, controle e coerção (às vezes mais rígidos que muitos sistemas autoritários). O que precisa ser enfatizado aqui é que o caráter genealógico da pesquisa de Foucault permite que seja possível análises tão distintas quanto as de Lagasnerie e Gros, sem que seja necessário evocar a incoerência e os equívocos de uma em detrimento de outra.

A abordagem de Lagasnerie tem como ponto forte o enfoque no fato de que Foucault realmente se desvencilha das análises tradicionais do neoliberalismo, nas quais o mesmo é visto apenas como uma reelaboração das ideias já conhecidas do liberalismo clássico⁵. Foucault também não reduz suas críticas a adjetivos pejorativos e acusações equivocadas aos neoliberais (às vezes o termo passa a ser compreendido quase como um palavrão).

Se existe uma necessidade de reinventar a esquerda, Lagasnerie foi bastante

perspicaz em notar que Foucault certamente é um elemento chave para isso. Todavia, embora esteja plenamente ciente de que Foucault não adere ao paradigma neoliberal, podemos perceber um certo exagero no entusiasmo de Lagasnerie acerca do neoliberalismo, que não nos parece tão compartilhado assim por Foucault. O próprio título da obra já denota envolvimento. *A última lição de Foucault* não foi nem de longe a última lição de Foucault. Os volumes II e III de *História da sexualidade*, assim como os 5 outros cursos⁶ no Collège de France, são posteriores a *O nascimento da biopolítica*, e nenhum deles aborda a questão do neoliberalismo. É quase como se Lagasnerie acreditasse que se Foucault não tivesse morrido precocemente, o neoliberalismo estaria no topo de sua lista de temas a serem trabalhados. Com sua genealogia da biopolítica, Foucault faz uma crítica feroz ao liberalismo e ao neoliberalismo. Mas também é verdade que nenhuma racionalidade governamental escapa de sua perspicácia crítica. É perfeitamente plausível que, inserido na lógica de que devemos optar por algum tipo de governamentalidade (mesmo sabendo de seus defeitos), alguém como Lagasnerie decida optar pelo neoliberalismo.

As críticas de Foucault não vão em direção a um outro sistema que seria melhor, mais adequado com nossas expectativas, superior em termos morais, políticos ou econômicos. A análise do filósofo francês permite isso. Foucault foi o autor que, segundo Deleuze, o ensinou sobre a “indignidade de falar pelos outros” (2010, p. 40). Contudo, dizer que o próprio Foucault compartilha do entusiasmo pelo neoliberalismo vai um pouco além de suas diversas precauções metodológicas, mesmo que estejamos falando de um suposto neoliberalismo progressista de esquerda, como sugere Lagasnerie.

Podemos dizer que a análise de Frédéric Gros é mais cautelosa. Para Foucault uma relação de poder pressupõe necessariamente uma relação de resistência, mesmo que apenas em potência. Segundo Judith Revel:

[...] a resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder; acontece que ela estabelece as relações de poder exatamente quando ela é, por vezes, o seu resultado; na medida em que as relações de poder se encontram em toda parte, a resistência é a possibilidade de abrir espaços de lutas e de administrar possibilidades de transformação por toda parte. A análise dos laços entre as relações de poder e os focos de resistência é, assim, realizada por Foucault em termos de estratégica e de tática: cada movimento de um serve de ponto de apoio para uma contraofensiva do outro. (2011, p. 127/128).

Dessa forma, uma genealogia do contexto no qual surgiu a biopolítica, abre as portas para diversas resistências biopolíticas. É importante salientar que Gros é cuidadoso e não pressupõe que a incitação foucaultiana pela resistência se dê em detrimento de alguma outra governamentalidade. Não é para fortalecer o papel do Estado, para reviver o socialismo ou para destruir a economia política, que Foucault escreve. Trata-se apenas de reativar os direitos dos governados, esclarecer aos indivíduos que ao longo da história eles foram jogados de um lado para o outro por discursos de governamentalidade que consideraram, de uma maneira ou de outra, a submissão como algo necessário (seja uma submissão ao poder legítimo do soberano, ou uma submissão aos mecanismos naturais da economia). Incitá-los a pensar que as coisas não precisam ser necessariamente assim. As acusações rotineiras à Foucault de que ele apenas critica sem oferecer soluções são parcialmente verdadeiras, mas não são justas. Foucault não quer fornecer aos governados mais um modelo a ser seguido. Em cada pequena ou grande relação de poder pode surgir uma nova resistência, mas ela deve vir dos próprios indivíduos, de acordo com suas crenças, valores e desejos próprios. Nunca através das considerações minuciosas, racionais (e até intangíveis para alguns), de

filósofos universais que se apresentam como a consciência de todos. O papel do intelectual e, consequentemente, o papel de Foucault, é analisar, problematizar, incitar, instigar e até despertar certo entusiasmo, mas nunca dizer como as coisas “deveriam ser”. Conforme Gros trata-se de recusar qualquer normatividade superior e abraçar o desejo de existir de outra maneira.

Por último, é necessário esclarecer a afirmação de Gros de que Foucault seria um liberal crítico (afirmação polêmica quando mal compreendida). Não se trata de uma adesão ao liberalismo político ou econômico com toda a carga histórica que isso implicaria. O liberalismo crítico de Foucault é definido como uma oposição ao excesso de governo seja ele político, econômico ou até mesmo corporal ou ideológico. Neste sentido, podemos até invocar Lagasnerie para complementar Gros, quando o primeiro diz que se precisássemos caracterizar o gesto crítico, teríamos de invocar a intenção de sempre interrogar a si mesmo. O liberalismo crítico de Foucault não possui um programa definido ou uma fórmula mágica. Sequer é fruto de uma teoria. *O nascimento da biopolítica* nos mostra que não podemos dizer o mesmo do liberalismo político e econômico, e por ventura, do neoliberalismo.

7. CONCLUSÃO

De fato, Foucault busca uma leitura mais justa acerca do fenômeno do neoliberalismo, compreendendo-o em termos que se desvencilham das críticas tradicionais proferidas pela esquerda de sua época. Não se trata, contudo, de uma adesão ao sistema, mas de uma genealogia do regime de verificação que tornou possível o surgimento do liberalismo, do neoliberalismo e consequentemente da biopolítica. Feita a genealogia e tomando todos os cuidados para evitar juízos de valor, Foucault fornece um instrumento crítico que pode ser usado tanto para defender quanto para criticar aquilo que foi analisado.

A tradição filosófica esteve sempre mais ao lado de Gros, usando Foucault como um forte instrumento contra a biopolítica resultante das governamentalidades em questão. Mas é justo dizer que a análise de do autor permite que filósofos, sociólogos, economistas e intelectuais em geral, façam uma defesa mais consistente, especialmente do neoliberalismo, tão debatido nos dias atuais, uma vez que Foucault, de fato, apresenta os pontos fortes e fracos do sistema e desconstrói uma série de críticas anteriores. Dessa forma, uma genealogia de um regime veridicional em específico, pode servir tanto para criticar um sistema de verificação quanto para renova-lo em termos mais consistentes.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres*. 5. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e História dos Sistemas de Pensamento: Ditos e escritos*. Vol. II. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Omnes et Singulatim: para uma crítica da razão política*. Tradução de Selvino J. Assmann. Desterro: Nephelibata, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder-Saber: Ditos e escritos*. 2. ed. Vol. IV. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- GROS, Frédéric. *Y a-t-il un sujet biopolitique?* *Nôema*, IV – 1/2013, p. 31 – 42. Disponível em: Acesso em 12 de maio de 2021.

LAGASNERIE; Geoffroy de. *A última lição de Michel Foucault*. Tradução de André Telles. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
REVEL; Judith. *Dicionário Foucault*. Tradução de Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

158 NOTAS

- 1 Sob uma perspectiva mais ampla é importante ressaltar que o neoliberalismo pode ser considerado como um dispositivo biopolítico, de modo que não houve tanto uma fuga do tema, mas um envolvimento tão grande do autor para com o dispositivo em questão que o fez deixar de lado possíveis considerações mais gerais sobre o conceito de biopolítica.
- 2 Segundo Foucault o efeito do panóptico é induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura automaticamente o funcionamento do poder. A vigilância, mesmo sendo descontínua em sua ação, é permanente em seus efeitos.
- 3 É importante ressaltar que acerca do ordoliberalismo alemão, Foucault frequentemente usa o termo neoliberalismo alemão, oscilando entre ambos, sem que exista, de fato, alguma diferenciação conceitual.
- 4 Neste ponto, nos referimos ao célebre ensaio de Hayek, intitulado “*Por que não sou conservador*”.
- 5 A obra intitulada *A nova razão do mundo*, de Pierre Dardot e Christian Laval, bastante influenciada por Foucault, nos oferece uma boa análise deste ponto.
- 6 Respectivamente: *Do governo dos vivos* (1980), *Subjetividade e verdade* (1981), *Hermenêutica do sujeito* (1982), *O governo de si e dos outros* (1983) e *A coragem da verdade* (1984).